

PORTUGUÊS

TEXTO I

O disco amarelo iluminou-se. Dois dos automóveis da frente aceleraram antes que o sinal vermelho aparecesse. Na passarela de peões surgiu o desenho do homem verde. A gente que esperava começou a atravessar a rua pisando as faixas brancas pintadas na capa negra do asfalto, não há nada que menos se pareça com uma zebra, porém assim lhe chamam. Os automobilistas, impacientes, com o pé no pedal da embreagem, mantinham em tensão os carros, avançando, recuando, como cavalos nervosos que sentissem vir no ar a chibata. Os peões já acabaram de passar, mas o sinal de caminho livre para os carros vai tardar ainda alguns segundos, há quem sustente que esta demora, aparentemente tão insignificante, se a multiplicarmos pelos milhares de semáforos existentes na cidade e pelas mudanças sucessivas das três cores de cada um, é uma das causas mais consideráveis dos engarrafamentos da circulação automóvel, ou engarrafamentos, se quisermos usar o termo corrente.

O sinal verde acendeu-se enfim, bruscamente os carros arrancaram, mas logo se notou que não tinham arrancado todos por igual. O primeiro da fila do meio está parado, deve haver ali um problema mecânico qualquer, o acelerador solto, a alavanca da caixa de velocidades que se encravou, ou uma avaria do sistema hidráulico, blocagem dos travões, falhas do circuito elétrico, se é que não se acabou simplesmente a gasolina, não seria a primeira vez que se dava o caso. O novo ajuntamento de peões que está a formar-se nos passeios vê o condutor do automóvel imobilizado a esbracejar por trás do pára-brisas, enquanto os carros atrás dele buzina frenéticos. Alguns condutores já saltaram para a rua, dispostos a empurrar o automóvel empanado para onde não fique a estorvar o trânsito, batem furiosamente nos vidros fechados, o homem que está lá dentro vira a cabeça pra eles, a um lado, a outro, vê-se que grita qualquer coisa, pelos movimentos da boca percebe-se que repete uma palavra, uma não, duas, assim é realmente, consoante se vai ficar a saber quando alguém, enfim, conseguir abrir uma porta. Estou cego.

(Saramago, em Ensaio sobre a cegueira, Editora Companhia das Letras, 1995, págs. 11-12).

QUESTÃO 1

O texto é:

- a) Narrativo com argumentação convincente.
- b) Dissertativo com uso de palavras e expressões de cunho conotativo.
- c) Dissertativo-argumentativo com uso de palavras e expressões de cunho denotativo.
- d) É narrativo com aspectos descritivos.
- e) É meramente descritivo.

QUESTÃO 2

Entre as orações do segundo período do texto (linhas 1– 3) ocorre uma relação semântica de:

- a) Tempo
- b) Causa
- c) Condição
- d) Modo
- e) Conseqüência

QUESTÃO 3

Em “...mas logo se notou que não tinham arrancado todos por igual” (Linhas 21 – 22) O “que” :

- a) É conjunção integrante introduzindo uma oração subordinada substantiva subjetiva.
- b) É conjunção integrante introduzindo uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- c) É conjunção integrante introduzindo uma oração subordinada substantiva predicativa.
- d) É pronome relativo introduzindo uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- e) É pronome relativo introduzindo uma oração subordinada adjetiva explicativa.

QUESTÃO 4

Observe o fragmento: “...deve haver ali um problema mecânico qualquer”. A flexão verbal está correta, assim como em:

- a) Devem haver pessoas intransigentes na sala.
- b) Devem haver problemas mecânicos quaisquer.
- c) Deve ocorrer reuniões extraordinárias naquela empresa.
- d) Devem ocorrer dificuldades durante o trajeto.
- e) Deve existir animais silvestres na Chapada.

QUESTÃO 5

Dele (linha 31) e Eles (linha 36) têm como referente textual respectivamente:

- a) O condutor do automóvel e alguns condutores.
- b) O ajuntamento de peões e os vidros fechados.
- c) Para-brisas e carros.
- d) O automóvel e os peões.
- e) Para-brisas e peões

QUESTÃO 6

Assinale a alternativa cujas palavras passaram pelo mesmo processo de formação:

- a) Engarrafamentos e corrente
- b) Passadeira, nervosos
- c) Simplesmente e automóvel
- d) Furiosamente e consoante
- e) Embreagem, semáforo

QUESTÃO 7

Deve-se empregar o acento indicador de crase na alternativa:

- a) Você já disse a sua amiga que lhe quero bem?
- b) Fui até a praça observar os transeuntes da cidade.
- c) Voltarei a casa logo que puder.
- d) Ficarei a longa distância do lugar fétido.
- e) Eu fiz referência aquele fato que testemunhei.

QUESTÃO 8

Observe as proposições:

- I – Informei-lhe de que era muito tarde para chorar.
- II – Avise-o de que o pai o espera.
- III – Preveni-lhe contra o ataque das abelhas.
- IV – Deus lhe perdoou a falta.

A regência está correta:

- a) Em I, II, III e IV
- b) Em I, II e III
- c) Em II, III e IV
- d) Em II e IV
- e) Em II apenas

QUESTÃO 9

No período: “ Os automobilistas, impacientes, com o pé no pedal da embreagem, mantinham em tensão os carros, avançando, recuando, como cavalos nervosos que sentissem vir no ar a chibata”.O fragmento destacado assinala a figura de linguagem:

- a) Metáfora
- b) Prosopopeia
- c) Comparação
- d) Hipérbole
- e) Metonímia

QUESTÃO 10

Observe os períodos e as ocorrências do “A” neles destacados:

I - “...há quem sustente que esta demora, aparentemente tão insignificante, se a multiplicarmos pelos milhares de semáforos existentes na cidade e pelas mudanças...”

II - “...Alguns condutores já saltaram para a rua, dispostos a empurrar o automóvel empanado para onde não fique a estorvar o trânsito,...”

A respectiva classificação é:

- a) Pronome oblíquo átono, artigo definido, artigo definido.
- b) Artigo definido, artigo definido, artigo definido.
- c) Pronome oblíquo átono, pronome oblíquo átono, pronome oblíquo átono.
- d) Pronome oblíquo átono, preposição, preposição.
- e) Preposição, preposição, preposição.

**CONHECIMENTOS GERAIS E
ATUALIDADES**

QUESTÃO 11

Segundo dados do IBGE (Censo Demográfico 2010), o município de Cedro (PE) possui uma população de 10.778 habitantes, distribuídos nos 171,64 km² do território municipal. Assim, é correto afirmar que a densidade demográfica do município de Cedro (PE) é de:

- a) 1.314,60 hab/km²
- b) 62,79 hab/km²
- c) 80 hab/km²
- d) 114,50 hab/km²
- e) 1.716,4 hab/km²

QUESTÃO 12

No dia 10 de julho de 2011 o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) completou 10 anos de vigência. O referido diploma legal, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelece em seu artigo 41, inciso I, que o Plano Diretor é obrigatório para cidades:

- a) Com menos de 20 mil habitantes
- b) Com mais de 50 mil habitantes
- c) Com mais de 20 mil habitantes
- d) Com mais de 100 mil e menos de 500 mil habitantes
- e) Com população entre 10 mil e 100 mil habitantes

QUESTÃO 13

Pernambuco é o segundo maior estado da Região Nordeste em população (8.796.448 habitantes), atrás apenas do estado da Bahia (14.016.906 habitantes). Segundo dados do IBGE (Censo Demográfico 2010), 1.744.238 pernambucanos residem em comunidades classificadas como rurais. Com base nessas informações podemos afirmar que a taxa de urbanização do estado de Pernambuco é de:

- a) 80,17%
- b) 76,5%
- c) 84,0%
- d) 79,8%
- e) 55,6%

QUESTÃO 14

Em 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU), ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu 8 Objetivos do Milênio (ODM), que no Brasil são chamados de 8 Jeitos de Mudar o Mundo.



O gráfico acima apresenta a proporção de moradores do município do Cedro (PE) que se encontravam abaixo da linha da pobreza e indigência em 2010. São considerados abaixo da linha da pobreza os que possuem rendimento per capita menor que 1/2 salário mínimo. No caso da indigência, este valor será inferior a 1/4 de salário mínimo.

Os dados anteriores fazem parte dos indicadores que medem o desempenho dos municípios quanto aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e referem-se a qual dos objetivos apresentados a seguir?

- a) Educação Básica de qualidade para todos.
- b) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.
- c) Igualdade entre sexos e valorização da mulher.
- d) Melhorar a saúde das gestantes.
- e) Acabar com a fome e a miséria.

QUESTÃO 15

No dia 7 de junho de 2011, o então Ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, pediu demissão do cargo que ocupava no governo, após acusações de que teria multiplicado por 20 o seu patrimônio em quatro anos. Indique a alternativa na qual consta quem ocupou o Ministério da Casa Civil da Presidência da República após a saída do ex- ministro Antônio Palocci.

- a) Celso Amorim
- b) Gleisi Hoffmann
- c) Ideli Salvatti
- d) Carlos Lupi
- e) Ana Arraes

QUESTÃO 16

Em 29 de março de 2010, o governo federal lançou a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2). Os investimentos do PAC2 estão organizados em seis grandes eixos. Indique a alternativa que contenha dois desses eixos de investimento:

- a) PAC exportação, PAC energia
- b) PAC comunidade cidadã, PAC educação
- c) PAC habitação, PAC segurança
- d) PAC transportes, PAC industrialização
- e) PAC água e luz para todos, PAC cidade melhor

QUESTÃO 17

Em maio de 2011, Dominique Strauss-Kahn é detido em Nova Iorque por acusação de ataque sexual a uma empregada do hotel onde se encontrava. De qual organização, após o ocorrido, Dominique Strauss-Kahn pede demissão do cargo de diretor-gerente?

- a) Organização das Nações Unidas (ONU)
- b) União Europeia (UE)
- c) Organização Mundial do Comércio (OMC)
- d) Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
- e) Fundo Monetário Internacional (FMI)

QUESTÃO 18

Marque a alternativa em que só constam países que adotaram a língua portuguesa como oficial.

- a) Timor-Leste, Angola e Senegal
- b) Cabo Verde, Haiti e Timor-Leste
- c) São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Moçambique
- d) Camarões, Moçambique e Angola
- e) Nigéria, Cabo Verde e Guiné-Bissau

QUESTÃO 19

A Copa das Confederações será realizada entre 15 e 30 de junho de 2013 e servirá como um dos principais testes para o Brasil receber a Copa do Mundo no ano seguinte. Em outubro de 2011 foram definidas quatro sedes e outras poderão ser incluídas dependendo do andamento das obras nos seus estádios. Quais as primeiras quatro sedes definidas para a copa das confederações de 2013?

- a) Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza e São Paulo
- b) Belo Horizonte, Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo
- c) Brasília, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo
- d) Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza e Rio de Janeiro
- e) Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo

QUESTÃO 20

Indique o conjunto de países que não fazem parte da União Européia

- a) Suíça, Ucrânia, Geórgia, Rússia e Noruega.
- b) Portugal, Dinamarca, Áustria, Eslováquia e França.
- c) Espanha, Romênia, Bélgica, Eslovênia e Alemanha.
- d) Suécia, Finlândia, Bulgária, Letônia e Grécia.
- e) Itália, Hungria, Polônia, Lituânia e Irlanda.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

“O risco de insucesso empresarial é inerente a toda atividade econômica de produção e circulação de riquezas. É, na verdade, tão comum que conta com uma minuciosa regulamentação legal que vai ao ponto extremo de afastar do mercado o devedor em irremediável estado de crise.” [Autor desconhecido].

Acerca do instituto da falência, analise as assertivas abaixo:

I. Não se sujeitam ao instituto da falência as sociedades de economia mista, empresas públicas, autarquias e sociedades simples.

II. As reclamações trabalhistas, após a decretação da falência, prosseguirão na Justiça do Trabalho, sendo que os atos de execução de seus julgados iniciar-se-ão ou terão seguimento no juízo falimentar, porém, antes de efetuada a penhora.

III. Definiu o STJ que os créditos fiscais não estão sujeitos a habilitação e verificação no juízo alimentar, mas não se livram de classificação, para efeito de disputa relativa à ordem preferencial.

IV. O estado falimentar requer o pressuposto objetivo da insolvência real e concreta ou confessada.

V. Da sentença de decretação da falência, o recurso cabível é o de agravo.

É correto afirmar:

- a) Apenas os itens I, II e V estão incorretos
- b) Apenas os itens II e IV estão incorretos
- c) Apenas os itens I, III e IV estão incorretos
- d) Apenas os itens II, IV e V estão corretos
- e) Apenas os itens III e V estão corretos

QUESTÃO 22

Considere as seguintes afirmações acerca do endosso e do aval:

I. O endosso parcial é nulo, pois fere o princípio da cartularidade; Enquanto o endosso condicional a condição é considerado inexistente, por ferir o princípio da literalidade.

II. O endosso translativo torna o endossante um coobrigado ao pagamento do título.

III. O endosso é um negócio jurídico bilateral.

IV. O aval é uma declaração unilateral da vontade.

V. Os avais em branco e superpostos se consideram sucessivos.

São corretas SOMENTE:

- a) I, II e V
- b) II, III e V
- c) I, II e IV
- d) I, IV e V
- e) II e IV

QUESTÃO 23

Julgue CERTO (C) ou ERRADO (E) os itens a seguir, acerca das sociedades:

I. A doutrina majoritária entende, quanto à natureza jurídica das sociedades, se tratar de ato corporativo.

II. As sociedades empresárias adquirem personalidade jurídica com a inscrição de seus atos constitutivos no registro próprio, que poderá ser no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

III. As sociedades em conta de participação não possuem personalidade jurídica.

IV. A teoria maior da desconsideração, regra geral no sistema jurídico brasileiro, não pode ser aplicada com a mera demonstração de estar a pessoa jurídica insolvente para o cumprimento de suas obrigações, exigindo-se, ainda, a demonstração de desvio de finalidade ou a demonstração de confusão patrimonial.

V. Entende-se por sócio remisso aquele que se encontra em mora com o cumprimento da obrigação de integralizar o capital.

- a) EECCE
- b) ECCEC
- c) CECEE
- d) CECCE
- e) CECCC

QUESTÃO 24

Julgue os itens, acerca do preparo nos recursos trabalhistas:

I. As pessoas jurídicas de direito público, com exceção das autarquias, bem como as empresas públicas e às sociedades de economia mista e o Ministério Público do Trabalho não são obrigados a efetuar depósito recursal.

II. A comprovação do depósito recursal deverá ser feita dentro do prazo para interposição do recurso, sob pena de ser este considerado deserto.

III. No dissídio coletivo não é exigido o depósito recursal, pois a natureza jurídica da sentença é constitutiva ou declaratória.

IV. A massa falida está sujeita ao pagamento de custas e ao depósito recursal, contudo, às empresas em liquidação extrajudicial não são obrigadas aos seus recolhimentos.

V. O recolhimento do valor da multa imposta por litigância de má-fé, não é pressuposto objetivo para a interposição dos recursos de natureza trabalhista.

- a) Apenas os itens I, IV e V são falsos.
- b) Apenas o item V é verdadeiro.
- c) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- d) Apenas os itens I e IV são falsos.
- e) Apenas os itens I, II, III e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 25

Considere as seguintes afirmativas:

I. O princípio da identidade física do juiz determina que o juiz que colheu a prova é quem deve proferir a sentença, todavia, não se aplica às Varas do Trabalho.

II. Nas ações trabalhistas que versarem sobre relação de trabalho não subordinado, as partes obrigatoriamente deverão estar representadas por advogado.

III. A Justiça do Trabalho compete processar e julgar qualquer relação de trabalho, inclusive, a abrangida dos entes de direito público externo.

IV. A ação de indenização por danos morais e/ou materiais ajuizadas por empregado em face do empregador, decorrentes de acidente de trabalho, deve ser processada e julgada pela Justiça do Trabalho.

V. Compete a Justiça Estadual para processar e julgar ação de servidor público municipal, pleiteando direitos relativos ao vínculo estatutário, bem como ação de servidor público estadual decorrente de direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão é de competência da Justiça do Trabalho.

SOMENTE está correto o que se afirma em:

- a) I, III e IV
- b) III, IV e V
- c) I, II, IV e V
- d) II, III e IV
- e) I, II, III e IV

QUESTÃO 26

Consideradas as afirmações abaixo, julgue Verdadeiro(V) ou Falso(F) e em seguida marque a resposta correta:

() A greve, inicialmente, provoca a suspensão dos contratos de trabalho. Isso quer dizer, que o empregador não tem a obrigação legal de pagar salário aos grevistas durante o período de paralisação.

() A greve não deve ter outro tipo de motivação, salvo aqueles relacionados ao trabalho, o que torna abusiva a greve política ou de solidariedade, pois nessas situações a paralisação dos serviços e o próprio encerramento do movimento não serão influenciados por atos ou fatos do empregador.

() A paralisação das atividades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos empregados é vedada, sendo assegurado aos trabalhadores o direito aos salários, durante o período dessa paralisação.

() A data da baixa na CTPS deve corresponder a do término do contrato, porque o aviso prévio mesmo quando indenizado, conta tempo de serviço para o trabalhador.

() Se o empregado se afastar do serviço para usufruir de uma licença concedida pelo INSS, por ter adquirido uma doença, durante o seu afastamento não haverá término do contrato, pois este ficará suspenso até o retorno do empregado ao serviço e aí sim a dispensa produzirá efeitos.

- a) V, V, F, F, V
- b) V, V, V, V, V
- c) V, V, V, F, F
- d) V, F, F, V, V
- e) F, V, V, V, V

QUESTÃO 27

Considere as seguintes proposições e assinale a alternativa incorreta:

- a) Na suspensão, embora o vínculo jurídico permaneça em vigor, diante de um motivo relevante, afastam-se temporariamente para ambas as partes as obrigações principais provenientes da relação empregatícia (pagamento de salário e prestação do serviço).
- b) Na interrupção, determinado fato gera a paralisação temporária dos efeitos contratuais para a parte empregada. O empregado não presta o serviço, mas o empregador paga o salário.
- c) Durante os intervalos para alimentação e descanso, o empregado não trabalha, não recebe salário e não tem o tempo computado como de serviço. Esse intervalo é conhecido com interjornada.
- d) Na suspensão e na interrupção contratual não há rompimento do contrato de trabalho durante o período de afastamento do empregado ao serviço.
- e) Em regra, a greve provoca a suspensão dos contratos de trabalho dos empregados.

QUESTÃO 28

Em relação ao processo de execução, é incorreto afirmar que:

- a) A insolvabilidade é um estado de fato, enquanto a insolvência é um estado de direito.
- b) Segundo o entendimento do STJ, é incabível execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública.
- c) Admite-se a cumulação de execuções fundadas em diversos títulos, desde que as partes sejam idênticas em todos os títulos, o juízo seja competente para todas as execuções, bem como o procedimento executório possua idêntica forma do processo para todas as execuções.
- d) A desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, não exime o exequente dos encargos da sucumbência.
- e) Opostos embargos pela Fazenda Pública, não estarão dotados de efeito suspensivo, contudo, poderá o juiz, a requerimento da Fazenda Pública, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando, sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar à executada grave dano de difícil ou incerta reparação.

QUESTÃO 29

Sobre o tema de recursos, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos casos de extinção do processo sem resolução do mérito (art. 267, CPC), caso aja a interposição de apelação, o tribunal deve julgar desde logo a lide, se a causa versar sobre questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento, caracterizando-se, assim, o efeito translativo dos recursos, inexistindo, portanto, a inexistência de supressão de instância.
- b) Numa ação de reparação de danos, o juiz omite sobre a prescrição arguida na peça contestatória e condena o réu a importância pedida na inicial. É possível a interposição de embargos de declaração com vistas ao suprimento de omissão, requerendo que o juiz reconheça a prescrição e, em razão disso, julgue improcedente o pedido.
- c) O recurso adesivo tem como pressuposto a sucumbência recíproca, bem como só é admissível na apelação, nos embargos de declaração, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- d) É inadmissível a interposição de recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.
- e) Segundo o entendimento doutrinário, o efeito expansivo consiste na possibilidade de o julgamento do recurso ensejar decisão mais abrangente do que o reexame da matéria impugnada, que é o mérito do recurso.

QUESTÃO 30

Concernente ao processo de conhecimento é incorreto afirmar que:

- a) Segundo entendimento doutrinário majoritário, o preposto que comparece a audiência para depor sobre os fatos da demanda, necessariamente deverá ter o conhecimento mínimo dos fatos, sob pena de confissão tácita.
- b) O depoimento pessoal constitui meio de prova que depende de requerimento da parte, não sendo possível o juiz determinar a oitiva da parte de ofício.
- c) Não constitui decisão ultra petita a que concede correção monetária, ou que condena ao pagamento dos juros legais, das despesas e honorários de advogado ou de prestações vincendas, embora nenhum desses pedidos tenha sido feito na inicial.
- d) Nas ações de rito sumário e sumaríssimo não comportam reconvenção.
- e) O Ministério Público possui legitimidade para ajuizar as ações coletivas, para a tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

QUESTÃO 31

A admissibilidade da intervenção de terceiro no processo cautelar vai depender do objetivo visado pelo terceiro; em outras palavras, vai depender da modalidade da intervenção. É que, não se prestando o processo cautelar a acerto de direito, toda intervenção que tiver por escopo o reconhecimento da titularidade de direitos, a toda evidência, não será possível no processo cautelar. [DONIZETTI, Elpidio. In Curso Didático de Direito Processual Civil. 10. ed. Lumen Juris Editora. 2008. p. 805.].

Acerca da intervenção de terceiros no processo cautelar, analise as assertivas e assinale a alternativa correta:

- I.O provimento acautelatório tem como pressupostos o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.
 - II.O chamamento ao processo e a oposição são totalmente incompatíveis com o processo cautelar.
 - III.A denunciação da lide, em princípio, não é cabível no processo cautelar, admitindo-se, entretanto, desde seja cabível no processo principal.
 - IV.A assistência simples, a nomeação à autoria e o recurso do terceiro prejudicado são admitidos no processo cautelar.
- a) Apenas os itens I, II e III estão corretos.

- b) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- c) Apenas o item IV está correto.
- d) Apenas o item III está incorreto.
- e) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 32

Acerca da solidariedade no direito obrigacional, analise as assertivas e assinale a alternativa incorreta:

- a) Se o credor renunciar à solidariedade em favor de um ou de alguns devedores, só poderá acionar os demais abatendo o valor do débito a parte ou àqueles correspondentes, entretanto, se um dos coobrigados for insolvente, o rateio da obrigação atingirá também o exonerado da solidariedade.
- b) Se um devedor solidário for demandado exclusivamente em um processo de conhecimento, poderá trazer os demais devedores a este processo, utilizando-se do instituto do chamamento ao processo.
- c) Nos casos de solidariedade ativa, caso um dos credores se torne incapaz, este fato não influenciará a solidariedade. Entretanto, caso um dos credores faleça, seu crédito passará a seus herdeiros sem a solidariedade, salvo se a prestação for indivisível.
- d) Na solidariedade ativa caso ocorra o pagamento a um dos credores, extingue-se inteiramente a dívida, excetuando-se nos casos de novação, compensação e remissão.
- e) Na solidariedade passiva o devedor poderá opor as exceções pessoais e as comuns a todos, não podendo opor as pessoais de outro devedor.

QUESTÃO 33

Julgue os itens subsequentes:

- I. Dar-se-á a perda definitiva da propriedade pela evicção quando decorrente de sentença judicial, bem como em decorrência de apreensão por autoridade administrativa.
- II. Permite-se ao evicto a denúncia per saltum de qualquer dos responsáveis pelo vício.
- III. A exceção de contrato não cumprido poderá decorrer tanto no inadimplemento absoluto (*exceptio non rite adimpleti contractus*) quanto no cumprimento parcial ou defeituoso da obrigação a cargo da parte contrária (*exceptio non adimpleti contractus*).
- IV. Poderá o adquirente reclamar abatimento no preço, em vez de rejeitar a coisa, através da ação estimatória ou quanti minoris.
- V. As ações redibitórias e estimatórias são também chamadas de ações edilícias.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

QUESTÃO 34

Julgue as assertivas abaixo:

- I. A remissão, a doação pura e simples e a fiança são negócios jurídicos benéficos.
- II. A condição suspensiva apenas represa o exercício de direito já adquirido. Ao contrário, o termo inicial posterga tanto a aquisição quanto o exercício do direito.
- III. Em embargos de terceiro não se anula ato jurídico, por fraude contra credores.
- IV. Na simulação relativa o negócio aparente é nulo.
- V. Extinta a causa da suspensão, o prazo prescricional volta a correr, computando-se o período já transcorrido antes do evento suspensivo.

A quantidade de itens incorretos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

QUESTÃO 35

Considere as seguintes proposições acerca das espécies de contratos e assinale a alternativa incorreta:

- a) No contrato de compra e venda não se confere poderes de proprietário àquele que não obteve a entrega do bem adquirido, ocasionando, assim, tão somente efeitos meramente obrigacionais.
- b) Não há incompatibilidade entre a cláusula de retrovenda e o contrato de compra e venda de bens móveis, desde que aquele seja puramente dotado como garantia.
- c) Segundo entendimento do STJ, o contrato de seguro se rescinde de pleno direito quando do atraso no pagamento das prestações.
- d) O avalista do título de crédito vinculado ao contrato de mútuo também responde pelas obrigações pactuadas, sendo imprescindível a previsão no contrato de figurar como devedor solidário.
- e) O contrato de prestação de serviços é de caráter *intuitu personae*.

QUESTÃO 36

Considere as assertivas e assinale a alternativa incorreta.

- a) A concessão de serviço público é caracterizada por transferir tão somente a sua execução, sendo vedada às pessoas físicas e formalizada através de contrato administrativo, como prazo determinado em lei, sob a forma a modalidade licitatória de concorrência.
- b) A concessionária responde objetivamente pelos danos causados, perante os usuários e não usuários e, caso não tenha patrimônio, o Estado responde subsidiariamente.
- c) A permissão de serviço público é ato unilateral precário, sendo possível ser dada tanto as pessoas jurídicas como físicas.
- d) A permissão é a delegação de serviço público a título precário, mediante contrato de adesão, permitindo-se qualquer modalidade de licitação, prescindindo-se de autorização legislativa específica.
- e) Serviços de táxis e de despachantes são exemplos de autorização.

QUESTÃO 37

Considere as seguintes proposições e assinale a alternativa incorreta:

- a) Os bens de uso comum do povo podem ser gratuitos ou onerosos.
- b) As terras ocupadas por indígenas são consideradas bens dominicais.
- c) O regime jurídico dos bens públicos se caracteriza pela imprescritibilidade, impenhorabilidade, inalienabilidade e não-onerabilidade.
- d) Os bens públicos podem ser adquiridos por usucapião, desapropriação, acessão, reversão e pelo confisco.
- e) A autorização de uso de bem público é ato unilateral e discricionário, concedido de acordo com a conveniência e oportunidade do interesse público, permitindo-se ao Estado a possibilidade de desfazer a autorização sem obrigatoriamente indenizar.

QUESTÃO 38

Considere as seguintes proposições acerca dos atos administrativos e assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com a teoria dos motivos determinantes os atos administrativos dependem de motivação.
- b) O desvio de finalidade do ato administrativo é um vício objetivo, ideológico e com defeito na vontade.
- c) Entende-se por ato composto aquele cujo conteúdo resulta da manifestação de um só órgão, mas sua edição ou a produção de seus efeitos depende de um outro ato que o aprove; já por ato complexo o que necessita para sua formação de um único ato, é da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades.
- d) Todo ato administrativo tem exigibilidade e auto-executoriedade.
- e) Os atos administrativos atípicos praticados pelo Poder Judiciário não necessitam de motivação.

QUESTÃO 39

Considere as seguintes proposições acerca do mandado de segurança e da ação popular e assinale a alternativa correta:

- a) O prazo para impetração do mandado de segurança é de 120 dias, contado da ciência, pelo interessado, do ato a ser impugnado. Tratando-se de prazo decadencial segundo entendimento do STF, pois ocorre a extinção do próprio direito subjetivo.

- b) Estamos diante da substituição processual, quando em sede de mandado de segurança coletivo, reconhece-se ampla legitimidade ativa *ad causam* dos sindicatos das categoriais que representam na defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais de seus integrantes.
- c) Detém de legitimidade ativa, na ação popular, qualquer cidadão, desde que esteja no pleno gozo de seus direitos políticos, bem como as pessoas jurídicas.
- d) Caso a ação popular seja julgada procedente ou improcedente por se infundada, produzirá efeito de coisa julgada oponível inter partes.
- e) Caso seja julgada procedente a ação popular, a apelação será recebida apenas no efeito devolutivo.

QUESTÃO 40

Considere as seguintes proposições acerca das espécies de inconstitucionalidade e assinale alternativa incorreta:

- a) Segundo a doutrina, a inconstitucionalidade por ação dar-se por vício formal, por vício material e por decoro parlamentar.
- b) Entende-se por inconstitucionalidade formal orgânica quando da inobservância da competência legislativa para a elaboração do ato.
- c) O vício formal decorre de afronta ao devido processo legal de formalização do ato normativo.
- d) A doutrina atribuiu à inconstitucionalidade material a expressão nomodinâmica, enquanto a inconstitucionalidade formal nomoestática.
- e) A inconstitucionalidade material expressa uma impossibilidade de conteúdo, substantiva entre a lei ou ato normativo e a Constituição.

Assinatura do Candidato